

CONTRIBUIÇÕES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ENVIADAS ATÉ 28 DE SETEMBRO/2015

Análise dos grupos do CEI 57 – “Engenheiro João Salerno” e do CEI 82 – “Profº Benedito Marçal – Didi” sobre a versão preliminar do Plano Municipal pela Primeira Infância:

Em consenso, sugerimos:

- Alterar no diagnóstico na p .15 o Percentual de instituições de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial :100%, pois não condiz com a realidade.
- Na fundamentação legal deve constar as DCNEI.
- Nas prioridades em destaque:
 - I) Incluir a Construção de Instituições Educacionais Infantis, de acordo com a demanda demográfica de Sorocaba.
 - II) Excluir, pois discordamos dos repasses de recursos para creches conveniadas, assim como a sugestão do vale-creche e dos parágrafos que comentam a dificuldade do poder público em atender a demanda reprimida da creche e cita experiências bem sucedidas na Itália.
- Nas recomendações, excluir os trechos sobre a inclusão de novos cargos e/ou profissionais nas instituições educacionais infantis e a criação de um Centro de Referência em Educação Infantil.
- Retomar a redação dos planos de ação:
 - I) Na ação 1- Acrescentar na meta: conforme os critérios para um atendimento de qualidade (2007 – MEC);
 - II) Na ação 2 - Excluir os termos: rede conveniada, nomeados ou contratados;
 - III) Na ação 3 – Na periodicidade da ação: manter apenas semestral e reformular a meta, pois cabe dupla interpretação;
 - IV) Na ação 4 – Substituir professores por educadores e
 - V) Na ação 6 – Substituir a palavra semestralmente por anualmente e assinalar na situação de implementação: a ser implantada
- Enfatizamos que de acordo com as nossas concepções de infância, de criança e educação infantil: não é cabível considerar “deveres” (p.63) e incentivar projetos que desenvolvam apenas a arte (p.68), pois desejamos iniciativas que contemplem as múltiplas linguagens.
- Na p. 56 no subtítulo: A criança com Deficiência eliminar os três primeiros parágrafos.
- Reformular o Quadro I das p. 97 e 98 que consta o cenário da formação dos profissionais que trabalham com a primeira infância na Rede Municipal de Sorocaba, pois o número de profissionais especializados que atuam no CRE – Centro de Referência em Educação atendem toda a Educação Básica. O número de especialistas que atendem à demanda da Educação Infantil é menor.

CEI 2 e CEI 7

Após leitura do documento e apresentação das contribuições do grupo dos orientadores pedagógicos às equipes escolares (docentes e auxiliares de educação), ambas resolveram ratificar o que estes apontamentos abaixo prenunciam. Portanto, segue material estudado e definido pelos orientadores, com algumas intervenções.

Introdução p. 31 a 37

- Refletir sobre a função da Educação Infantil, concepção de desenvolvimento da criança, importância do processo de ensino e aprendizagem: que condições materiais/humanas temos (**e teremos**) para garantir essas questões; **nomear as condições/requisitos que as escolas que atendem a demanda devem ter;**
- Como organizar ações diferentes frente à atual rotina rígida da Educação Infantil? **Citar exemplos práticos e viáveis;**
- Prescreve a presença de profissionais da educação, mas não deixa claro quais são; **citar todos os profissionais que compõem o quadro educacional de Sorocaba dentro das creches e pré-escola;**
- Parceria público e privado – de que forma? (Refletir sobre as responsabilidades do Poder Público);
- Não traz a meta do PME de 0 a 3 anos;
- O documento prevê o “vale creche”, porém sem especificar quem terá o direito ao retorno financeiro e como ficaria a fiscalização; **prever;**
- Como comprovar que há famílias que não querem colocar criança em creche? Quais dados comprobatórios? **Pesquisar e comprovar;**
- Liminares judiciais e problema de superlotação: a proposta de resolução é a ampla conscientização da população? Porque não colocar como estratégia a construção de mais creches?
- Excluir o exemplo da Região de Toscana (pensar em possibilidades reais para as condições concretas de nossa realidade);
- Incluir a necessidade de rever o módulo de atendimento dos Orientadores Pedagógicos: destacar a importância de ser um profissional por unidade escolar, a fim de garantirmos condições para acompanhamento e desenvolvimento de ações pedagógicas;

Ações finalistas p. 37 a p. 40

Ação 1

- Os dados registrados estão contraditórios (rever e **arrumar** – 75% ou 100%?);

Ação 2 Incluir os profissionais “auxiliares de educação” no que se refere à estratégia de formação (quem será responsável pela formação desses profissionais? Quais temas/assuntos serão pertinentes nesta formação?);
Ação 3 - Cita 1/5 da carga horária para atividades de estudo/planejamento (como fica esse tempo frente a Lei do Piso que prevê 1/3 da jornada para essas atividades? – Lembrar que Sorocaba ainda não implementou a lei de 2008); - Conselho Municipal de Educação é responsável por formação continuada? Desde quando? Que ações já foram realizadas? O que farão?
Ação 4 - De que forma irão garantir 100% de atendimento especializado às crianças, se hoje não há uma política intersetorial de atendimento implementada? Idealizar e concretizar esta política; - Como serão criadas as equipes multidisciplinares? Serão profissionais da saúde ou da educação? Quais critérios de atendimento? Qual número proporcional a quantidade de matrículas? Como será feita a setorização? (Especificar essas questões, entendendo que ambas as secretarias são responsáveis: Saúde e Educação) - Não coloca a Secretaria de Saúde como setor responsável (precisamos pensar na política intersetorial); - Há necessidade de prever formação não só para os professores, mas para todos os profissionais da unidade escolar, visto que todos se relacionam diretamente com as crianças, principalmente os auxiliares de educação; - Colocar meta de atendimento: atender 70% das crianças até 2017, 85% até 2018 e 100% até o final do plano;
Ação 5 - Como garantir 100% das unidades escolares com padrão de infraestrutura que respeite a infância, se temos prédios com problemas estruturais e há prédios adaptados para atendimento? Adaptar os prédios com urgência, já que é lei - acessibilidade; - Qual será o órgão competente para essa garantia? - Seguir documentos de referência do MEC;
Ação 6 - Prevê estratégia a partir deste ano (as escolas não receberam tais materiais); - Quem fará a seleção dos brinquedos, jogos e livros? - Criar Comissão Permanente (envolvendo profissionais que estão nas escolas) para essa seleção; - Rever as questões das licitações (a Comissão deve participar de todas as etapas);

Recomendações p. 40

1- Como será garantida a transparência das verbas? Prever adequação no Portal de Transparência e formação para compreensão dos dados;
2- Como será a inclusão do Arte Educador na Educação Infantil? (Especificar titulação nível superior, forma de acesso: concurso público, quantidade de profissionais e forma de atendimento);
3- Como será feito esse apoio de profissionais de psicomotricidade e Educação Física? (Especificar titulação nível superior, forma de acesso: concurso público, quantidade de profissionais e forma de atendimento);
4- Como será a contratação de cuidadores? (Especificar forma de acesso: concurso público e não terceirizado);
5- Não concordamos com a criação de um Centro de Referência, mas readequação/reorganização do Centro de Referência já existente para que o atendimento seja feito a toda Educação Básica, de forma adequada;
6- Utilizar os dados de pesquisa para construção de mais creches em locais de demanda;

TEMAS ESPECÍFICOS

1- ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS: • Não há dados específicos sobre a % de atendimento realizado atualmente; • Prever a revisão da política de atendimento às crianças e famílias: as entidades/ instituições existentes não atendem toda a demanda; ampliar a cobertura dos serviços e acompanhamento das famílias; • Incluir como estratégia o acompanhamento da frequência das crianças; • Modificar o registro do objetivo 3 do quadro (p.49): no lugar de "Alcançar 0% de acolhimento..." colocar "Zerar a necessidade de acolhimento...";
2- ATENDENDO À DIVERSIDADE: ÉTNICA, DE GÊNERO E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA • Na parte referente à diversidade étnica não há problematização das questões/condições históricas/ sociais/ econômicas que produziram o preconceito racial (texto está superficial); rever na página 15 a tabela que traz dados referentes a 100% de unidades escolares com materiais étnico-raciais (os dados não coincidem à realidade); • No que se refere ao gênero, o texto não traz problematizações sobre homoafetividade, transexuais, travestis; também não está clara a referência de concepção que o Plano apresenta sobre essas questões (precisamos investir na reflexão sobre identidade de gênero); falta abordar, também, as diferentes estruturas familiares; Pensar e explorar como deverá ser tratado do assunto nas escolas; • Sobre as deficiências, faltam dados sobre todos os atendimentos e sobre as demandas do município;

- Nos objetivos e metas não deixa claro como será a formação sobre os diferentes temas, nem quem serão os responsáveis; - Falta incluir estratégias para atendimento às crianças imigrantes; - Rever a meta referente à decoração: isso não garante respeito à diversidade;
3- VIOLÊNCIAS - Conceitualizar/aprofundar conceitos sobre negligência (e quando o Poder Público não garante os direitos das crianças, não é negligência e forma de violência?); - Quem serão os responsáveis pelas ações da rede de proteção? - Incluir formas de violência midiática no Plano; - Problematizar a questão do trabalho infantil (há muitas crianças que são cuidadas por outras crianças); - A política de assistência precisa ser melhor organizada: especificar as formas e a % de atendimento a ser implementada; - Oferecer informações/ diretrizes sobre funcionamento das redes de proteção aos profissionais de educação (organizar um quadro sistematizado e de fácil acesso); - Não interromper atendimentos já iniciados (como ocorre atualmente, quando há corte de verbas);
4- DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINCAR DE TODAS AS CRIANÇAS - Oferecer formação sobre conceito de brincar; - Garantir contextos e condições do brincar nas unidades escolares, inclusive materiais;
5- SAÚDE (MORTALIDADE INFANTIL) Especificar as políticas de atendimento e as formas de capacitação (bem como os responsáveis);
6- ARTICULAÇÃO DAS REDES DE GARANTIA - No texto consta que a proteção deve ser assegurada "por lei ou por outros meios" (Quais meios? Estão de acordo com a legislação?); - Incluir dentre os que atuam na área da educação/ saúde os seguintes grupos/ coletivos: Fórum Popular de Educação, Fórum de Educação Infantil e outras organizações do município; - Como será garantido o trabalho com as famílias? (Especificar) - Quem será responsável pela formação continuada? O que se entende por essa formação? - Quem subsidiará a implantação do SIPIA? Como será organizado? Qual custo? Quem manterá? (Especificar) - Incluir na metodologia um quadro informativo (esclarecimentos sobre denúncia, setor responsável, contatos, ações); - Garantir que as capacitações sejam organizadas a partir das demandas e da política intersetorial; - Quem fará as supervisões constantes registradas na metodologia? (Especificar);
7- O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO Quem serão os profissionais envolvidos e como acontecerão as

formações?

- No texto (p.86) cita que foi realizada uma profunda pesquisa: Qual? Quem fez? E quais os resultados? – Apresentar no documento;
- Que propostas o Plano apresentará frente ao consumismo infantil? (Especificar)
- Pág. 91: Como será essa página das redes sociais? Quem ficará responsável?
- Pág. 92: Cita parceria com revistas/ jornais – Quais? Haverá custo? Quem será responsável?
- Semana do bebê/ Semana Mundial do brincar: como são organizadas? Que condições são oferecidas para participação dos profissionais que atuam nas escolas?

8- FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

- Cita aprimoramento profissional e a importância da formação continuada: especificar os responsáveis; prever parceria com as universidades; especificar política de formação aos auxiliares de educação (afinal, são os profissionais que trabalham diretamente com as crianças e estão em maior número nas unidades escolares) – o documento não problematiza a função do auxiliar de educação: sabemos que, pela formação exigida, não deveriam ser os responsáveis direto pelo educar/cuidar das crianças;

Observação: rever o termo “criança pequena” de todo o documento – substituir por criança de 0 a 5 anos;

Contribuições do CEI 34 “ALBERTO GROSSO” e CEI 64 “JOANA SIMON SOLA”

Introdução p. 31 a 37

- Especificar a função social da creche e pré-escola e sua referência?
- Refletir sobre a função da Educação Infantil, concepção de desenvolvimento da criança, importância do processo de ensino e aprendizagem: que condições materiais/humanas têm para garantir essas questões;
- Como organizar ações diferentes frente à atual rotina rígida da Educação Infantil?
- Prescreve a presença de profissionais da educação, mas não deixa claro quais são?
- Considerando os cuidados dessa fase e as referências que garantam os direitos integrais, sinalizar ações pontuais que garantam tais direitos;
- Parceria pública e privada – de que forma? (refletir sobre as responsabilidades do Poder Público);
- Não traz a meta do PME de 0 a 3 anos;
- O documento prevê o “vale creche”, porém sem especificar quem terá o direito ao retorno financeiro e como ficaria a fiscalização;

- Como comprovar que há famílias que não querem colocar criança em creche? Quais dados comprobatórios?
- Liminares judiciais e problema de superlotação: a proposta de resolução é ampla conscientização da população? Porque não colocar como estratégia a construção de mais creches em número adequado a demanda?
- Excluir o exemplo da Região de Toscana (pensar em possibilidades reais para as condições concretas de nossa realidade, pois se deve pensar no espaço, no profissional, nas condições de trabalho, nos direitos, na demanda e em modelo apropriado para atendimento de qualidade);
- Incluir a necessidade de rever o módulo de atendimento dos Orientadores Pedagógicos: destacar a importância de ser um profissional por unidade escolar, a fim de garantirmos condições para acompanhamento e desenvolvimento de ações pedagógicas;
- Incluir a necessidade de garantir um vice-diretor nas unidades de Educação Infantil.

Ações finalistas p. 37 a p. 40

Ação 1

- Os dados registrados estão contraditórios (rever – 75% ou 100%?);
- Especificar qual período de atendimento? Módulo? Quantidade de alunos por turma?

Ação 2

- Incluir os profissionais “auxiliares de educação” no que se refere à estratégia de formação (quem será responsável pela formação desses profissionais?);
- Especificar ações a garantir a formação dos profissionais da rede pública e conveniada.

Ação 3

- Cita 1/5 da carga horária para atividades de estudo/planejamento (como fica esse tempo frente à Lei do Piso que prevê 1/3 da jornada para essas atividades? – lembrar que Sorocaba ainda não implementou a lei de 2008);
- Conselho Municipal de Educação é responsável por formação continuada? Desde quando? Que ações já foram realizadas? O que farão?

Ação 4

- De que forma irão garantir 100% de atendimento especializado às crianças, se hoje não há uma política intersetorial de atendimento implementada?
- Como serão criadas as equipes multidisciplinares? Serão profissionais da saúde ou da educação? Quais critérios de atendimento? Qual número proporcional à quantidade de matrículas? Como será feita a setorização? (especificar essas questões)
- Não coloca a Secretaria de Saúde como setor responsável (precisamos pensar na política intersetorial);
- Há necessidade de prever formação não só para os professores, mas para todos os profissionais da unidade escolar, visto que todos se relacionam diretamente com as crianças;
- Colocar meta de atendimento: atender 70% das crianças até 2017, 85% até 2018 e 100% até o final do plano.

Ação 5

- Como garantir 100% das unidades escolares com padrão de infraestrutura que respeite a infância, se têm prédios com problemas estruturais e há prédios adaptados para atendimento?
- Qual será o órgão competente para essa garantia?
- Seguir documentos de referência do MEC.

Ação 6

- Prevê estratégia a partir deste ano (as escolas não receberam tais materiais);
- Quem fará a seleção dos brinquedos, jogos e livros?
- Criar Comissão Permanente (envolvendo profissionais que estão nas escolas) para essa seleção;
- Rever as questões das licitações (a Comissão deve participar de todas as etapas).

Recomendações p. 40

7- Como será garantida a transparência das verbas? Prever adequação no Portal de Transparência e formação para compreensão dos dados;
8- Como será a inclusão do Arte Educador na Educação Infantil? (especificar titulação nível superior, forma de acesso: concurso público, quantidade de profissionais e forma de atendimento);
9- Como será feito esse apoio de profissionais de psicomotricidade e Educação Física? (especificar titulação nível superior, forma de acesso: concurso público, quantidade de profissionais e forma de atendimento);
10-Como será a contratação de cuidadores? (especificar forma de acesso: concurso público e não terceirizado);
11-Não concordamos com a criação de um Centro de Referência, mas

readequação/reorganização do Centro de Referência já existente para que o atendimento seja feito a toda Educação Básica, de forma adequada;

12-Utilizar os dados de pesquisa para construção de mais creches em locais de demanda;

TEMAS ESPECÍFICOS

9- ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS:

- Não há dados específicos sobre a % de atendimento realizado atualmente;
- Prever a revisão da política de atendimento às crianças e famílias: as entidades/ instituições existentes não atendem toda a demanda; ampliar a cobertura dos serviços e acompanhamento das famílias;
- Estabelecer como se dará a articulação das redes de serviço, retorno e acompanhamento das crianças junto às unidades escolares;
- Acrescentar um profissional (assistente social) nas unidades escolares, para articular ações junto às demais redes de proteção;
- Regulamentar ação de atendimento em situações de violência de direitos e formações;
- Incluir como estratégia o acompanhamento da frequência das crianças;
- Modificar o registro do objetivo 3 do quadro (p.49): no lugar de "Alcançar 0% de acolhimento..." colocar "Zerar a necessidade de acolhimento...";

10-ATENDENDO À DIVERSIDADE: ÉTNICA, DE GÊNERO E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.

- Na parte referente à diversidade étnica não há problematização das questões/condições históricas/ sociais/ econômicas que produziram o preconceito racial (texto está superficial); rever na página 15 a tabela que traz dados referentes a 100% de unidades escolares com materiais étnico-raciais (os dados não coincidem à realidade);
- No que se refere ao gênero, o texto não traz problematizações sobre homoafetividade, transexuais, travestis; também não está clara a referência de concepção que o Plano apresenta sobre essas questões (precisamos investir na reflexão sobre identidade de gênero); falta abordar, também, as diferentes estruturas familiares;
- Inserir capacitação (formação interna, cursos e extensões) que permitam ao profissional da educação um atendimento efetivo e direcionado para o atendimento da diversidade presente na primeira infância;
- Promover o atendimento de grupo interdisciplinar para atendimento específico da rede municipal de educação da criança com deficiência;
- Sobre as deficiências, faltam dados sobre todos os atendimentos e sobre as demandas do município;
- Inserir capacitação também para profissionais da educação e não só da saúde, relativo aos encaminhamentos de crianças com vulnerabilidades;
- Nos objetivos e metas não deixa claro como será a formação sobre os diferentes temas, nem quem serão os responsáveis, assim como ações e

prazos a serem atingidos; • Falta incluir estratégias para atendimento às crianças imigrantes; • Rever a meta referente à decoração: isso não garante respeito à diversidade;
11-VIOLENCIAS • Conceitualizar/aprofundar conceitos sobre negligência (e quando o Poder Público não garante os direitos das crianças, não são negligência e forma de violência?); • Quem serão os responsáveis pelas ações da rede de proteção? • Incluir formas de violência midiática no Plano; • Problematicar a questão do trabalho infantil (há muitas crianças que são cuidadas por outras crianças); • A política de assistência precisa ser melhor organizada: especificar as formas e a % de atendimento a ser implementada; • Oferecer informações/ diretrizes sobre funcionamento das redes de proteção aos profissionais de educação (organizar um quadro sistematizado e de fácil acesso); • A rede deve contar com mais profissionais (assistente social, psicólogos) de fato em número para atendimento; • Orientação e formação aos profissionais da educação em como proceder nas diferentes situações – protocolo de ações; • Não interromper atendimentos já iniciados (como ocorre atualmente, quando há corte de verbas);
12-DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINCAR DE TODAS AS CRIANÇAS • Oferecer formação sobre conceito de brincar; • Garantir e priorizar espaços do brincar (lúdico) apropriados dentro das unidades escolares/ acessibilidade; • Descrever políticas públicas inseridas para garantir o direito de brincar na Educação Infantil; • Melhoria de equipamentos, espaços e serviços com prioridade às escolas, ao melhor atendimento de nossas crianças (replanejar ambientes próprios); • A secretaria da cultura/Sedu deve promover em âmbito escolar eventos culturais como: contação de história, teatro, brincadeiras, exposições itinerantes e grupos musicais.
13-SAÚDE (MORTALIDADE INFANTIL) • Especificar as políticas de atendimento e as formas de capacitação (bem como os responsáveis/ profissionais/ educadores?); • Como será a adesão dos profissionais ao Programa Saúde na Escola, quem será?
14-ARTICULAÇÃO DAS REDES DE GARANTIA • No texto consta que a proteção deve ser assegurada “por lei ou por outros meios” (Quais meios? Estão de acordo com a legislação?); • Incluir dentre os que atuam na área da educação/ saúde os seguintes grupos/ coletivos: Fórum Popular de Educação, Fórum de Educação

Infantil e outras organizações do município; • Como será garantido o trabalho com as famílias? (especificar) • Quem será responsável pela formação continuada? O que se entende por essa formação? Em que momento se dará tais formações? Como se dará as supervisões constantes, mediando capacitações e dúvidas? Quem fará tais supervisões? • Quem subsidiará a implantação do SIPIA? Como será organizado? Qual custo? Quem manterá? Quais critérios serão estabelecidos para compor seus membros?(especificar) • Incluir na metodologia um quadro informativo (esclarecimentos sobre denúncia, setor responsável, contatos, ações); • Garantir que as capacitações sejam organizadas a partir das demandas e da política intersectorial e que se tenha um assistente social para articular esse atendimento direto junto às unidades escolares; • Como se darão as devolutivas dos casos apontados e a interação com todos os profissionais que atuam com as crianças? • Quem fará as supervisões constantes registradas na metodologia? (especificar);	15-O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO • Quem serão os profissionais envolvidos e como acontecerão as formações? • No texto (p.86) cita que foi realizada uma profunda pesquisa: Qual? Quem fez? E quais os resultados? – apresentar no documento; • Que propostas o Plano apresentará frente ao consumismo infantil? (especificar) • Pág. 91: Como será essa página das redes sociais? Quem ficará responsável? • Pág. 92: Cita parceria com revistas/ jornais – Quais? Haverá custo? Quem será responsável? • Semana do bebê/ Semana Mundial do brincar: como são organizadas? Que condições são oferecidas para participação dos profissionais que atuam nas escolas?
16-FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA • Cita aprimoramento profissional e a importância da formação continuada: especificar os responsáveis; prever parceria com as universidades; especificar política de formação aos professores e auxiliares de educação (afinal, são os profissionais que trabalham diretamente com as crianças e estão em maior número nas unidades escolares) – o documento não problematiza a função do auxiliar de educação: sabemos que, pela formação exigida, não deveriam ser os responsáveis pelo ato pedagógico.	

Observação geral: rever o termo “criança pequena” – substituir por criança de 0 a 6 anos;

Apontamentos PMPI – CEI 100 “Mercedes Urquiza Desidério da Silva”

AÇÕES FINALÍSTICAS:

Ação 2 – Identificar quais são os profissionais da educação.

Ação 3 – Carga horária não contempla a jornada estabelecida por lei.

Ação 4 – Quem serão os formadores? Formação para todos os profissionais (professores e auxiliares)

Ação 6 – Incluir outras etnias, já que foram citadas algumas ;

Não foi citado brinquedos representando os deficientes, que que cita outras representações.

Haverá troca ou manutenção dos brinquedos?

DIVERSIDADE:

1 – Determinar prazo

2- Garantir a revisão já na aprovação do Plano

3- Estender as formações aos demais trabalhadores da educação, que tem ligação direta com as crianças.

4 – A partir da aprovação do plano.

5 – A partir da aprovação do plano.

6 – Garantir 50% dos próprios públicos , no prazo de 3 anos

7 garantir 40% de amplitude da política de assistência em até 3 anos após a aprovação do plano

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

Quem serão os trabalhadores da educação que receberão as formações? Quem serão os formadores?

Qual a periodicidade para essas formações?

Sugestões: Formação para todos os segmentos, com profissionais especializados.

DO DIREITO DE BRINCAR:

- espaço para tanque de areia; diversificar os aparelhos recreativos e pedagógicos; transportes gratuitos para passeios culturais; equipes especializadas em atividades diferenciadas;

Contribuições CEI 80 ao Plano Municipal Pela Primeira Infância

Pág. 66 último parágrafo

O Plano preconiza a existência de outros documentos que apontam para o direito da criança, porém não cita / apresenta quais documentos são esses. Só aparece o RCN.

Pág. 67 primeiro parágrafo logo após a citação

Na seguinte frase: "Para tanto, organizar objetivos, estratégias e metas significa considerar o brincar o **melhor caminho** para uma educação integral", achamos que as palavras em destaque deverão ser trocadas por "como parte indissociável e complementar da educação integral".

Ainda na pág. 67 nos Objetivos

Acrescentar o objetivo:

Ampliar a oferta de espaços e equipamentos lúdicos nas escolas públicas de Sorocaba e fiscalizar a existência desses espaços e equipamentos nas escolas privadas do município garantindo o direito de brincar da criança de 0 a 6 anos.

Pág. 68 nas Metas

2º Meta: de que forma será contemplada a diversidade cultural e étnico-racial nas brinquedotecas e bibliotecas?

5º Meta: deverá ser retirada a palavra gradualmente.

6º Meta: A elaboração de parâmetros técnicos deverá ser dialogada junto aos profissionais que atuam na educação, pois eles estão diretamente ligados à produção / utilização desses espaços, como as brinquedotecas e bibliotecas.

Acrescentar uma meta:

Criar espaços lúdicos e aumentar a oferta de equipamentos lúdicos nas escolas públicas do município, bem como de fiscalizar periodicamente a existência destes nas escolas privadas.

Cei 58 E 85 As contribuições da nossa unidade estão ao longo do documento, sendo:

As palavras rasuradas (rasuradas) é supressão

As palavras destacadas em amarelo são para acrescentar

As palavras destacadas em verde são justificativas para supressão ou alteração (não acrescentar no texto)

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL

•Introdução

O reconhecimento da identidade e das potencialidades das crianças deve ser à base da construção de um projeto de educação. Para a educação das crianças, é preciso que o conjunto de oportunidades oferecidas para a sua experiência viabilize o protagonismo no seu processo de crescimento e no desenvolvimento de suas relações, conhecimento e aprendizagem.

A aprendizagem começa na infância, pois é a fase em que se recebem mais estímulos e as conexões neurais são formadas, fortalecidas e consolidadas. Os estímulos e desafios precisam fazer sentido para o cérebro do bebê e têm como finalidade a organização e a observação do sentir e pensar o mundo para que ele seja construído com significado.

As creches e os centros de educação infantil, na sua função social, têm como meta formar seres **peçoas criativas, aptas** a tomar decisões e conquistar suas primeiras aprendizagens. Os requisitos para tanto são: o enriquecimento do cotidiano infantil; um ambiente em que a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude e um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola.

Crianças descobrem, criam e se expressam por meio de múltiplas linguagens e brincadeiras, construindo conceitos e conhecimentos, exercendo o direito de brincar. Aprendem e conhecem o mundo explorando-o. Movem-se pelo ambiente, tocam objetos e os colocam na boca. Devemos, por isso organizar

um contexto físico adequado, para que possam explorar e aprender em segurança e com curiosidade. Nesse sentido, espaço físico é um ingrediente a mais para promover os relacionamentos, no encontro tanto com outras crianças como com os adultos. O espaço deve ser dinâmico, vivo, explorável, transformável e acessível para todos.

•Justificativa

Nesse contexto, a ação do adulto é complexa e refinada, pois requer descentramento e escuta, de modo que as crianças tenham o tempo necessário para se expressar. A construção da educação infantil deve ser um projeto da sociedade que veja a criança como um sujeito pleno de direitos, forte, competente, rico (?), sociável, ativo e curioso, ou seja, a educação como um direito da criança, como apoio ao seu desenvolvimento e crescimento plenos. A educação deve ser um projeto social, de toda comunidade.

Pontos fundamentais para a educação infantil (FORTUNATI, 2014) – **desdobrar ações para estes pontos (estão no fim do documento):**

- organização do espaço (arquitetura, equipamentos e materiais);
- prática docente como processo de construção coletiva, envolvendo todos os profissionais que atuam no âmbito de educação infantil;
- centralidade da família como coprotagonista do processo educativo (tem que participar da elaboração, reflexão e avaliação do processo educativo); e
- um currículo que pense o possível para garantir e promover o protagonismo da criança por meio de experiências, valorize a diversidade e não seja construído sob a ânsia de levar todas as crianças a um resultado homogêneo.

3. Fundamentação Legal

Estar na escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento. Esse direito está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) **lei nº 8.069/90** e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) **nº 9394/96.**

A educação infantil, etapa inicial da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos **quatro meses a cinco anos e onze meses**. Do zero aos três, as crianças são atendidas nas creches; e dos três até completar seis anos, frequentam as pré-escolas. A educação infantil deve atuar sobre dois eixos fundamentais: a interação e a brincadeira. A proposta pedagógica e as atividades devem considerar esses eixos.

As creches estão vinculadas às normas educacionais do sistema de ensino ao qual pertencem. Devem contar com a presença de profissionais da educação em seus quadros de pessoal e estão sujeitas à supervisão pedagógica do órgão responsável pela administração da educação.

De acordo com a LDB **nº 9394/96**, os municípios são responsáveis pela oferta e a gestão da educação infantil. No caso das creches, a legislação

permite que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento gratuito. Para isso, deve ser firmado um convênio ou outro tipo de parceria público-privada entre a Prefeitura e a instituição **comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.**

Considerando os cuidados específicos dessa fase da vida e a importante relação com os demais direitos da infância, o Ministério da Educação elaborou critérios de referência para a creche que garantam os direitos integrais das crianças. Esses critérios lembram que as crianças têm direito a: brincadeira; atenção individual; ambiente aconchegante, seguro e estimulante; contato com a natureza; higiene e saúde e alimentação sadia; dentre outros. Também registram que as crianças têm direito a atenção especial nos períodos de adaptação à creche. **Considerando que a adaptação é um direito da criança, alterar os regimentos escolares para garantia do mesmo, pois da forma que está, é opcional para família realizar ou não a adaptação.**

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 estabelece:

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência deste PNE.

Creche (0-3 anos)

Como é: • 2,7 milhões matriculados • 25,4% da população atendida • Gasto: R\$ 8,5 bilhões • 0,17% do PIB.

Como será: • 5,4 milhões matriculados • 50% da população atendida • Gasto: R\$ 16,8 bilhões • 0,35% do PIB.

Pré-escola (4-5 anos) Como é:

• 4,8 milhões matriculados • 83,1% da população atendida • Gasto: R\$ 10,5 bilhões • 0,21% do PIB.

Como será: • 5,8 milhões matriculados • 100% da população atendida • Gasto: R\$ 17 bilhões • 0,35% do PIB.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O Plano Municipal de Educação de Sorocaba (2015-2025)

Meta nº1 "Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta dessa educação em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por

cento) da demanda até 2017 e num crescendo regular e proporcional, atender e manter 100% (cem por cento) da demanda até o final da vigência deste PME". **(Texto que consta na lei 11.133/15)**

Meta nº. 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos, ampliando a oferta da educação infantil em creche, de matrícula facultativa, garantindo atendimento de 70% da demanda em 2017, 85% em 2018 e 100% até o final da vigência deste PME. **(Manter esta meta)**

4. Diagnóstico para Sorocaba

4.1 Creches

Os dados de Sorocaba em 2014, fornecidos pela Fundação Seade indicam que temos:

- i) total crianças 0 a 3 anos: 32.731
- ii) total de crianças em creches municipais: 9.629
- iii) total de crianças em creches particulares (inclusive as conveniadas com a Prefeitura): 4.699
- iv) total de crianças em creches: 14.338

Considerando que crianças de 0 a 4 meses não ficam em creches e que tivemos, em 2014, 9.000 nascimentos, devemos reduzir de 3.000 crianças o total na faixa de 0 a 3 anos, o que dá, para aquelas unidades, um público total de 29.700 crianças. Logo, nosso atendimento chegou, em 2014, a 48,3% do total. Assim que consigamos todos os dados de 2015, a 35 previsão é de que venhamos a constatar que o atendimento, neste ano, está sendo superior a 50% da demanda.

(Considerando que a nosso município, segundo dados/diagnóstico desta versão preliminar, atende 50% da demanda, é preciso estabelecer metas para ampliação deste atendimento, não se pautar pelo plano nacional, visto que nossa região é considerada uma das mais desenvolvidas em relação as demais regiões do Brasil. Lembrando que nossa cidade é considerada uma metrópole, é importantíssimo garantir a ampliação de fato das vagas nas creches.)

~~(É importante lembrar que nosso PME fala em atender 100% da demanda e não no universo de crianças, pois nem todas as famílias colocam suas crianças em creches públicas ou particulares).~~

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria da Educação, tínhamos em Sorocaba (dados de 2014) 17.150 crianças de 0 a 3 anos não matriculadas em creches. ~~Sabe-se, porém, que muitas famílias, durante essa fase da vida da criança, optam pela educação dentro de casa, com apoio de familiares ou de outros assistentes.~~ **(Supressão – a vaga é um direito da criança, não cabe neste documento esta discussão).** Naquele ano, os alunos

matriculados em creches (Instituições Municipais e Conveniadas) chegavam a 11.917 (68%) *.

Por seu turno, o Cadastro Único da Educação, que registra as solicitações de famílias que aguardam por uma vaga, constata, na cidade, uma demanda reprimida de aproximadamente 3.915 vagas (32% do total), principalmente setores Norte e Oeste da cidade.

4.2 Pré-Escolas

As crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, atendidas em Centros de Educação Infantil, somam 12.378. Há 381 alunos aguardando vaga, conforme dados 1*.

Dados de abril de 2015 da Secretaria da Educação.

4.3 Crianças com Deficiências ou que necessitam de Educação Especial.

Temos 477 crianças matriculadas na rede municipal e uma classe hospitalar, funcionando no GPACI.

5. Prioridades em Destaque (desdobrar as ações para atender as prioridades destacadas – estão no final do documento)

Prioridades estabelecidas com a participação da comunidade (descrever em que momento houve a participação da comunidade – como se deu a participação? Breve relato):

- garantir atendimento em creches e pré-escolas a todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências (crianças com direitos especiais - é um novo termo que vem sendo utilizado ao referir-se às crianças com deficiências);
- garantir estabelecimento com infraestrutura adequada;
- criar um plano de carreira que beneficie todos os profissionais da educação infantil;
- articular redes em uma perspectiva intersetorial e;
- ~~assegurar que as creches conveniadas tenham repasses de recursos suficientes para garantir a qualidade necessária ao atendimento de crianças.~~ (Alteração de texto: Garantir na escola pública os repasses suficientes para garantir a qualidade necessária ao atendimento de crianças. As instituições privadas sem fins lucrativos devem ter capacidade de autofinanciamento (Constituição Federal, art. 209; LDB, art. 7). Podem contar, por meio de convênios e parcerias, com o apoio financeiro e técnico do poder público, de entidades privadas e de organizações não-governamentais).
- Respeitar e valorizar a criança na sua identidade étnico-racial, cultural, de gênero, geográfica e em suas características de desenvolvimento.

A frequência à creche é uma escolha da família e uma oportunidade garantida pelo Estado. Entretanto, o ECA lei nº 8.069/90 garante que o Estado pode ser acionado judicialmente, caso não atenda a demanda existente. Esse, todavia, tem sido um grande problema hoje, pois não é possível o poder

público atender a demanda reprimida em creche num curto espaço de tempo, mas como as liminares judiciais chegam e precisam ser atendidas pelo prefeito, o número de crianças nas creches acaba ficando muito acima do desejado, comprometendo a qualidade do trabalho que se defende e se busca em nossas creches. Há necessidade de uma ampla conscientização da população no tocante a essa questão. (Supressão: -De acordo com o caderno de *Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil*. - A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, bem como ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. – Portanto é um direito da criança como citado anteriormente neste documento, não existe conscientização sobre direitos)

6. Propostas e Ações

Propostas para atender um maior número de crianças em creches, a curto e médio prazo, algumas inspiradas em experiências bem-sucedidas na Itália e (Supressão: Devido as diferentes realidades socioeconômicas entre os dois países – conforme quadro abaixo)

BRASIL	ITÁLIA
Extensão territorial – 8.515.767,049 km ²	Extensão territorial - 301.340 km ²
População total – 2014 - 202.033.670 habitantes	População total – 2014 - 61.070.224 habitantes
Total do PIB – 2013 - 2.243.854 milhões de US\$	Total do PIB – 2013 - 2.149.485 milhões de US\$
PIB per capita – 2013 - 11.199 US\$	PIB per capita – 2013 - 35.243 US\$
Gastos públicos com educação – 2012 - 5,8 % do PIB	Gastos públicos com educação – 2012 - 4,5 % do PIB
Investimentos em pesquisa e desenv. 2008 – 2010 - 1,16 % do PIB	Investimentos em pesquisa e desenv. 2008 – 2010 - 1,26 % do PIB
Índice de desenvolvimento humano – 2013 - 0,744	Índice de desenvolvimento humano – 2013 - 0,872
Esperança de vida ao nascer – 2013 - 73,9 anos	Esperança de vida ao nascer – 2013 - 82,4 anos
População subnutrida 2012 – 2014 - menor que 5 %	População subnutrida 2012 – 2014 -

População com acesso a água potável – 2012 - 98% População com acesso a rede sanitária – 2012 - 81% Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade – 2012 - 90,40% Taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino – 2012 - - não disponível	menor que 5 % População com acesso a água potável – 2012 - 100% População com acesso a rede sanitária – 2012 - não disponível Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade – 2012 - 99,00% Taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino – 2012 - 90,00%
Fonte: http://www.ibge.gov.br/paisesat/	

no Brasil. (Citar em quais locais e instituições que são desenvolvidas experiências bem-sucedidas)

Como a demanda reprimida por creche em Sorocaba ainda é muito grande, houve apesar da inegável melhoria do percentual de atendimento – devido ao aumento do número de ordens judiciais, há necessidade de se buscar parcerias com as empresas. Uma sugestão é o vale-creche, que seria oferecido aos empresários para a compra de um número de vagas em creches para os filhos dos seus funcionários.

Estabelece a Constituição Federal, em seu Artigo 208, que:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

E ainda o texto constitucional que, ao relacionar os dos trabalhadores, estatui:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”.

A lei 8.069/90 em seu artigo 54 – É dever do Estado assegurar à criança e o adolescente:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

No âmbito da educação, a LDB 9394/96, reforça o dever do Estado com a educação infantil (art. 4º) definindo-a como a primeira etapa da educação

básica, devendo ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos de idade (art. 30).

~~A efetiva garantia desse direito também dependerá de todo um processo de conscientização e de responsabilidade social por parte dos empresários.~~
(Supressão: A questão da oferta as vagas nas creches é um dever do Estado, os Municípios – que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º), ressaltando que a vaga em instituições públicas não é um favor e sim um direito da criança de 0 a 6 anos idade.

Vejamos agora algumas experiências alternativas ao modelo tradicional, cuja aplicação tem dado bom resultado:

~~– Na Região da Toscana, na Itália, as mães cujos filhos não têm acesso às creches utilizam o equipamento (espaço com educadora) três vezes por semana, após o período regular das creches.~~ Supressão: Considerar as diferenças socioculturais e institucionais existentes nos dois países.

- No Brasil, algumas cidades ampliaram o atendimento à demanda oferecendo creche em período parcial.

- Sorocaba vem buscando atender o a demanda por creche de uma forma democrática, através do cadastro único, implantada em 2014, e da ampliação da oferta de vagas, procurando fazer com que ela coincida com a demanda. (Incluir: aprimorar os critérios do CMU, priorizando as vagas do integral para os pais trabalhadores, e data de nascimento– alunos mais velhos; setorizar os atendimentos perto da residência ou próximos ao local de trabalho dos pais)

7. Ações Finalistas / Implementações

Ação 1

~~Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 100% das crianças de até três anos até o final da vigência deste Plano.~~

Ampliar a oferta da educação infantil em creche, garantindo atendimento de 70% da demanda em 2017, 85% em 2018 e 100% até o final da vigência deste plano.

Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação: Anual

Meta: Atender 75% 85% das crianças de 0 a 3 anos em tempo integral.

Setor responsável: Secretaria da Educação

Indicadores de resultados: Percentual de crianças matriculadas em tempo integral
Percentual de crianças matriculadas.

Fontes de Informação: Censo Escolar e Secretaria Municipal da Educação

~~Tempo esperado para o alcance da Meta: ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba~~ Garantindo atendimento de 70% da demanda em 2017, 85% em 2018 e 100% até o final da vigência deste plano

Ação 2:-

~~Promover a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Infantil, incluindo a rede conveniada, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais, nomeados ou contratados, com formação superior.~~

Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada (-)

Periodicidade da ação: Anual

~~Meta: Até 2016, 75% dos professores da educação infantil com formação de nível superior em Pedagogia e 100% ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.~~

~~Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação~~

~~Indicadores de resultados: Percentual de professores da educação infantil com nível superior em Pedagogia~~

~~Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação~~

~~Tempo esperado para o alcance da Meta: Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.~~

Supressão da ação 2: É um requisito básico formação superior para ser professor na Educação Infantil, também há algum tempo os concursos públicos exigem essa formação para preencher o cargo. Precisamos de ações venham ao encontro dos pontos destacados anteriormente no documento.

Ação 3:

Ampliar e fortalecer a Formação Continuada e em serviço dos profissionais que atuam na educação infantil. Garantir a articulação com universidades públicas (pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação) no que tange a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, assegurando a incorporação dos avanços nas pesquisas na elaboração de currículos e propostas pedagógicas

Adequar o espaço físico das instituições de educação infantil com recursos e materiais pedagógicos para atender a formação dos professores que lá atuam, garantindo locais onde possam, de fato, cumprir suas horas de estudo e preparar atividades

Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Mensal e Semestral
Meta: Formar Garantir a formação continuada e em serviço a 100% dos profissionais da Educação Infantil (quem são considerados os profissionais da educação? Deixar explícito que está contemplado neste termo) até ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba. Garantir 1/5 da carga horária para atividades de planejamento e estudos complementares, assegurando a formação continuada e em serviço de 100% dos profissionais da Educação Infantil. Rever esta questão da carga horária, pensando que a lei 11.738/08 reorganiza a jornada de trabalho do professor, de modo que, parte dela seja para desenvolver atividades fora da regência estabelecendo que, no máximo, 2/3 da sua jornada sejam em sala de aula, ainda não está regulamentada aos docentes do município. Os auxiliares de educação que desempenham sua função atividade com criança, cumprem 2 horas semanais destinadas a formação como determinado na lei 10.777/14.
Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação.
Indicadores de resultados: Percentual de profissionais da educação infantil formados anualmente.
Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação
Tempo esperado para o alcance da Meta: A partir da aprovação deste plano. Até o final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.

Ação 4:
Cumprir as leis de inclusão de alunos com deficiência (direitos especiais), garantindo a formação para os professores e demais profissionais da educação (auxiliar de educação, cuidador, gestores) que trabalham com inclusão, na turma, de crianças com deficiência (direitos especiais).
Garantir serviços de apoio intersetorial (educação, saúde, assistência social e direitos humanos), no sistema público para a população alvo da educação especial, de 0 (zero) a 3 (três) anos e familiares
Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada (x)
Periodicidade da ação: Mensal

Meta: Garantir a matrícula de 100% das crianças com deficiência (direitos especiais). Garantir atendimento especializado para 100% das crianças com deficiência. Criação de equipes multidisciplinares em número proporcional a quantidade de matrículas para acompanhar, atuar e realizar intervenções e ações terapêuticas com as crianças com deficiência (direitos especiais).

Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação.

Indicadores de resultados: Percentual de crianças com deficiência de matrículas
Percentual de crianças em atendimento especializado
Percentual de equipes multidisciplinares

Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação Escolas.

Tempo esperado para o alcance da Meta: 10 anos
Garantindo atendimento de 70% da demanda em 2017, 85% em 2018 e 100% até o final da vigência deste plano

Ação 5:

Garantia de estabelecimentos de educação infantil com acessibilidade, conforme o padrão de infraestrutura e funcionamento que assegurem o respeito às características etárias, conforto térmico e acústico, além da garantia de áreas livres e arborizadas destinadas às brincadeiras e movimentos.

Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()

Periodicidade da ação: Anual

Meta: Garantir que até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba 100% dos estabelecimentos de educação infantil, estejam conforme os padrões de funcionamento e infraestrutura estabelecida pelos órgãos competentes (discriminar qual órgão?) Incluir: e de acordo com o documento publicado pelo MEC "Brinquedos e brincadeiras da creche: manual de orientação pedagógica, 2012 e Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação

Indicadores de resultados: Número de instituições de educação infantil reformadas. Número de instituições de educação infantil construídas. Número dos recursos destinados e aplicados nas reformas e construções de instituições de educação infantil.

Fontes de Informação: Secretaria Municipal da Educação; Escolas

Tempo esperado para o alcance da Meta: Até o final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.

Ação 6

Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas, incluindo matrizes africanas e indígenas.

Criar uma comissão com especialistas na área da educação e infância, com profissionais que atuam nesta etapa da educação básica para seleção e escolha de diversos tipos de materiais e brinquedos adequados a cada faixa etária da educação infantil, priorizando a alta qualidade destas aquisições

Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada (x)

Periodicidade da ação: Semestral e Anual

Meta: Garantir que semestralmente, a partir de 2015-2016, 100% das instituições de educação infantil da rede pública municipal recebam brinquedos e livros de excelente qualidade.

Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, escolas.

Indicadores de resultados: Percentual de brinquedos por instituição e percentual de crianças atendidas. Percentual de brinquedos específicos para a faixa etária atendida.

Fontes de Informação: Secretaria Municipal da Educação, escolas.

Tempo esperado para o alcance da Meta: 2015- Atender todos as unidades em 2016 e dar continuidade no decorrer da vigência deste plano, ampliando, renovando e enriquecendo o acervo de livros e brinquedos

Obs.: Algumas das Ações Finalistas do PMPI, na Educação Infantil, também são contempladas no Plano Municipal de Educação – PME – META 01 (Em anexo). Reafirmar as ações discutidas e contempladas no Plano Municipal de Educação, considerando que o plano publicado não representa o plano construído por todos nas plenárias.

Ação 7 - Estabelecer como limite máximo 25 (vinte e cinco) alunos para cada sala ou turma de crianças de 04 e 05 anos para dois educadores, e no atendimento de creche de 0 a 3 anos atender as recomendações das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil quanto espaço, tempo e relações, respeitando as necessidades de cada faixa etária em cada instituição de ensino. Regulamentar e garantir a relação adequada entre o número de adultos,

crianças e espaço físico, até o final do segundo ano de vigência deste plano, não contabilizando os estagiários na referida relação.

Reduzir o número de alunos na turma em que houver aluno público alvo da educação especial, na proporção cinco por um. A partir de 2016.

Ação 8 - Garantir a criação de uma comissão que contemple representantes de profissionais de educação infantil que atuem na unidade escolar, de caráter consultivo e fiscalizador, na elaboração de projetos e construção de próprios públicos de âmbito municipal, destinados à educação infantil, na perspectiva de contemplar as normas de acessibilidade, sustentabilidade e proposta pedagógica, a partir da aprovação do plano.

Ação 9 - Garantir a adequação dos espaços físicos das Unidades de Educação infantil já existentes, reestruturando os prédios, equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos na perspectiva de contemplar as normas de acessibilidade, sustentabilidade e atendendo as necessidades da demanda apontados pela comunidade escolar da mesma até o final do segundo ano da vigência do plano

Ação 10 - Garantir que as unidades de ensino fundamental que também possuem educação infantil sejam contempladas com equipamentos, materiais, mobiliários de excelente qualidade. Bem como disponibilizar espaços físicos adequados para atender as necessidades peculiares das faixas etárias atendidas

Ação 11 - Regular e garantir módulo padrão de recursos humanos, na primeira etapa da educação básica, profissionais como: diretor, vice-diretor, auxiliar de educação, auxiliar de administração, zelador, inspetor, porteiro, um orientador pedagógico por instituição de educação infantil até o final do segundo ano de vigência deste plano

Ação 12 - Garantir a todos os trabalhadores da educação (quadro magistério e quadro administrativo) o direito a férias anuais regulamentares de 30 dias e recesso escolar de 15 dias, entrando em vigor até 2017.

Ação 13 - Garantir auxiliar de educação em sala de aula para todas as etapas do ensino infantil de 4 a 5 anos para atuação junto ao professor, a partir do segundo ano de vigência deste plano.

Ação 14 - Garantir transporte gratuito e o custeio para as escolas públicas para as atividades extra escolares para os alunos matriculados na educação infantil com a finalidade de buscar um aprendizado diferenciado, buscando parcerias com zoológicos, museus, brinquedotecas, teatro dentre outros, a partir da aprovação desse plano

Ação 15 - Cumprimento da LDB em seu artigo 14 garantindo no primeiro ano de vigência do plano a construção autônoma do Projeto Político Pedagógico, respeitando as especificidades de cada comunidade em consonância com as diretrizes da educação, repensando o currículo, não antecipando etapas do processo de alfabetização, e a não escolarização

Ação 16 - Garantir o direito ao afastamento do trabalho para estudos e pesquisas em pós graduação stricto sensu em educação, garantindo nos planos de carreira do magistério municipal, meios que favoreçam de forma equitativa a formação dos profissionais da educação em cursos de pós- graduação, inclusive no exterior, sem prejuízo dos vencimentos e tempo de vida funcional.

Ação 17 - Instituir e possibilitar a opção do vale alimentação aos profissionais e demais trabalhadores da educação. A partir da vigência do plano.

Ação 18 - Ampliar o limite de pontos para a apresentação de títulos na evolução funcional do quadro dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação (quadro administrativo), Assegurar a existência no Plano de Carreira da mudança da referência de 9 para 20, ampliando a pontuação como na Câmara Municipal e no SAAE, para o quadro do magistério e demais trabalhadores da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino a partir de 2017.

Ação 19 - Garantir que o cargo de Gestor Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba seja preenchido por concurso público de provas e títulos, a partir de 2017.

Ação 20 - Rever, a partir de 2017, o módulo de atendimento dos Orientadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, garantindo um Orientador Pedagógico por instituição de Creche e Pré escola e adequação da quantidade de Orientadores Pedagógicos para essas instituições e as de Ensino Fundamental, de acordo com número de alunos e número de turmas.

Ação 21 - Inserir o adicional de insalubridade e periculosidade para os profissionais e trabalhadores da educação (quadro administrativo e do magistério) que trabalham em locais sujeitos a intempéries e exposição a ruídos por tempo prolongado e/ou intermitente no prazo de dois anos a partir da aprovação deste plano.

Ação 22 - Garantir a autonomia da gestão financeira das Unidades Escolares, extinguindo a obrigatoriedade da contribuição de qualquer percentual ao FAED (Fundo de Assistência da Educação).

Ação 23 – Garantir a substituição dos profissionais de educação (auxiliares e estagiários) quando os mesmo estão ausentes, por profissionais que atuam na educação infantil, mantendo a qualidade, segurança, bem-estar da criança e eficiência de atendimento;

8. Recomendações

1. Transparência das verbas destinadas à Educação. (Descrever de que forma? Portal Transparência? Publicações no jornal do município?)

2. Incluir Arte Educador no quadro de profissionais das instituições de educação infantil. (Não está claro qual é a formação deste profissional, como será a forma de atuação nas escolas?)

3. Garantir apoio(???) dos profissionais das áreas de Psicomotricidade e Educação Física, que possam realizar atividades específicas de movimento que potencializem o desenvolvimento motor das crianças. (Não está claro qual é a formação deste profissional, como será a forma de atuação nas escolas?)

4. Contratação de cuidadores com formação na área (qual área? - pois no momento os cuidadores são estudantes/estagiários, na maioria do curso de pedagogia) para auxiliar na educação especial.

5. Criação de um Centro de Referência em Educação Infantil — que funcione em uma das escolas municipais de Educação Infantil Municipal que seja, ao mesmo tempo, um espaço de formação dos profissionais de creches e educação infantil e de atendimento às crianças, articulando a prática com a teoria proposta. Supressão: Existem outras demandas urgentes no município, sendo esta uma questão para ser pensada e discutida com todos que atuam na educação se realmente a proposta é um anseio do coletivo.

6. Realizar e publicar, a cada ano, em parceria com as Secretarias Municipais da Saúde (SES) e do Desenvolvimento Social (SEDES) e, sempre que possível, com a colaboração do Estado e da União, levantamento da demanda manifesta em cada região por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento, projetando as vagas e criando novas creches e pré-escolas à esta demanda e ao plano diretor do município.

Incluir: além destes dados, verificar a expansão imobiliária (construções de prédios, casas, condomínios, etc) e o crescimento populacional da cidade com famílias que migram para o município e os nascimento dos bebês para um planejamento estratégico, assertivo e eficaz.

Instituição: CEI-27 "Professora Christina dos Reis."

Página do Documento:	Contribuição:
Página 33	No primeiro parágrafo da página referida, especificar a idade da criança quando escreve: ..."Desde o nascimento." Explicitar a partir de quantos meses. Meta 1 > incluir no parágrafo: atender crianças de 0 a 3 anos em período integral em 100% desde que comprovado em carteira profissional ou similar, que os pais trabalham e os demais garantir o período parcial.
Página 37	Na ação 2 explicitar no texto como será a garantia dos

	profissionais nomeados ou contratados se falando de formação de formação superior.
Página 38	Na ação 3, verificando a meta, sugerimos que seja garantido 1/3 da carga horário prevista em lei federal, suprimindo o 1/5 previsto neste documento.
Página 40	Na ação 6 da referida página, reconsiderar os dados pois, em 2015 não houve distribuição suficiente (quantidades) nem dos gêneros previsto dos materiais escolares> Livros; brinquedos, etc.
Página 63	Nos Princípios de Diretrizes, melhorar a redação do capítulo, indicando quais serão as ações e os meios para garantir os direitos das crianças de 0 a 6 anos.

Responsáveis pelas sugestões: Equipe Docente; Auxiliares de Educação.

Equipe Gestora: Diretora Andréa da Silva Costa; OP Laura Vanessa Zanardo.

Instituição: CEI-67 “Professora Maria das Graças Arruda Pereira Nardi.”

Página do Documento:	Contribuição:
Página 35	Nas prioridades 1 e 2, estabelecer plano de ação para que a garantia estabelecida – atendimento e infraestrutura adequada - ocorra efetivamente até o fim desse plano
Página 36	No primeiro parágrafo da referida página, melhorar a redação quando afirma: “ <i>A necessidade de uma ampla conscientização da população no tocante a essa questão</i> ”; uma vez que sendo o dever do estado a oferta de vaga em creche, e um direito das crianças e dos profissionais um espaço de qualidade, a justificativa se apresenta de forma contraditória, pois para que precisamos da conscientização da população se é um direito garantido em lei?
Página 37	Na ação 1, apresentar os dados de ampliação da oferta mais claramente para que a situação de implementação “em execução” não precise ser alterada.
Página 38	Na ação 3: Atualizar os dados referente a formação continuada uma vez que, os profissionais dessa Instituição não reconhecem que essa ação está em execução pela equipe da secretaria da educação.
Página 39	Na ação 4: Garantir em 2016 a formação dos professores que trabalham com inclusão, uma vez que

	os docentes desta Instituição não reconhecem a efetivação dessa ação em 2015, portanto a mesma, não está em execução.
Página 39	Ação 5: Nesta Instituição, não está em execução plano de melhoria da infraestrutura para atender crianças com qualquer tipo de deficiência.
Página 40	Ação 6: Na ação 6 da referida página, reconsiderar os dados pois, em 2015 não houve distribuição suficiente (quantidades) nem dos gêneros previsto dos materiais escolares> Livros; brinquedos, etc.
Página 59	No 5º parágrafo onde está previsto “Ampliar a cobertura dos equipamentos da Política de Assistência, principalmente do CRAS...” pensar na cobertura para todas as crianças carentes ou de vulnerabilidade social, não somente as indicadas nas especificações desse texto.
Página 82	No Capítulo Eventos, na página referida em se tratando dos objetivos, ofertar possibilidades de acesso para as crianças de 0-2 anos, uma vez que esse grupo não pode se locomover para os espaços indicados.
Página 99	Meta 5: rever a proposta de formação anual ofertado para os docentes, uma vez que em 2015, essa ação não ocorreu.
Capítulo Saúde – Mortalidade Infantil	Nas discussões, o grupo observou que o texto apresenta boas estratégias para atendimento, contudo, na prática foi observado que há um déficit grande, portanto, foi pontuado: em se tratando de saúde, temos um atendimento precário; número expressivo de pessoas que precisam do atendimento público e poucos profissionais para atender a essa demanda; Sugerimos como ação: uma maior divulgação à população dos direitos das crianças e as redes de proteção existentes no município de Sorocaba.
Direitos de Brincar ao Brincar de todos as crianças.	Página 68 > Parágrafo 2: No ano vigente, não houve nenhum programa de formação para os Auxiliares de Educação. Página 68 > Parágrafo 7: Não apenas abrir editais para contratação de cursos, mas como dar continuidade aos projetos que deram certo, conforme resultados. Página 68 > Parágrafo 9: Discutir amplamente a meta onde as penitenciárias serão beneficiadas com materiais lúdicos, uma vez que, temos a preocupação que, este espaço se torne para as crianças um ambiente recreativo, sem avaliação dos valores; Páginas 68 > Parágrafo 10: Rever as semanas da família sobre divulgação dos direitos da infância de 0 a 6 anos.

Responsáveis pelas sugestões: Equipe Docente; Auxiliares de Educação.

Equipe Gestora: Diretora Denise Cavalcanti Silva Souza; OP Laura Vanessa Zanardo.

Cei 5 e 39

Plano Municipal da Primeira Infância

Introdução: p. 31 a 37

- . Destacar a importância de termos um orientador por unidade escolar;
- . Parceria pública e privada, mas qual seria a forma dessa parceria?
- . O que seria "vale creche"?
- . Construir mais escolas dando ênfase às creches evitando uma superlotação, o que acaba prejudicando o ensino;
- . Excluir o exemplo dado pela região de Toscana, pois nossa realidade é outra;

Temas específicos

1) Assistência Social às Crianças e suas Famílias

- . Rever a forma de atendimento às crianças e famílias;

2) Atendimento a diversidade: Ética, de gênero e crianças com deficiência

- . O fortalecimento desse atendimento e a capacitação desse serviço deve não ficar só na teoria, mas sim ser colocado em prática efetivamente, pois a demora no atendimento prejudica uma possível melhora e ou acompanhamento da criança;
- . Abordar também as diferentes estruturas familiares;
- . Investir na reflexão sobre identidade sobre gênero;
- . Quem será responsável pela formação desse tema;

3) Violências

- . Criação de órgão e espaço adequado que atendam crianças de 0 a 6 anos;
- . Quais serão os profissionais responsáveis pelas ações da rede de proteção;
- . Evitar interromper atendimentos já iniciados, o que acaba acontecendo em casos de poucas verbas;

4) Do direito de Brincar ao Brincar de todas as crianças

Na meta: página 67

- . Propor ações para que o atendimento nos serviços e equipamentos públicos de museus, galerias, exposições, bibliotecas, teatros, cinemas, dentre outros, contemple oferta para crianças de 0 a 6 anos, a partir da aprovação do Plano

Observação: Na realidade estas ações não contemplam as crianças menores de 4 anos.

Na página: 68

Desenvolver programas de formação para profissionais que atuam na primeira infância, com ênfase na importância do ato de brincar, a partir da aprovação do Plano

Observação: De fato seja oferecido para todos os profissionais.

Manutenção e ampliação dos brinquedos nas escolas (brinquedos do parque)

5) Saúde

Concordamos com a maioria dos pontos abordados no texto que apresenta alguns programas pertinentes, mas é falho ou inexistente na prática.

Especificar os profissionais bem como quem serão os responsáveis.

6) Articulação das redes de garantia

Observações feitas na página: 78

Parágrafo primeiro: Proteção integral: Nunca é dado sequência pós encaminhamento da escola.

Parágrafo quarto: Formação não se faz necessária, se não houver suporte multidisciplinar que de continuidade ao tratamento.

2. Objetivos:

Primeiro Parágrafo: Quem vai garantir a segurança destes profissionais ao fazerem a denúncia.

Página 79:

Informações devem estar atualizadas constantemente

- Problema não é a falta de capacitação ou capacidade em perceber o que ocorre, o problema é na continuidade pós diagnóstico.

7) O papel dos meios de comunicação

Sugestão: A escola propor maiores informações as famílias assuntos relacionados a educação infantil

Buscar parcerias com palestras, panfletos, artigos, distribuir para comunidade.

Acredito que na escola é o melhor lugar para instruir, orientar.

Quem serão os profissionais envolvidos e como acontecerão as formações?

8) Formação dos profissionais da primeira infância

Quem irá promover essa formação inicial?

Na página 96 parágrafos segundo, ficará a pergunta: Consegue atender a demanda?

Na página 98: Falta incentivo por parte da administração, ao não financiar formação em nível superior e pós.

Objetivos: número 4 Quem irá fazer?

Para quê? Para ser arquivado?

CEI 72 / 88

☺ Educação Infantil

- Criar espaço físico com infraestrutura adequada para cada faixa etária. Todas as instituições devem estar adequadas em relação a infraestrutura para garantir o funcionamento, inclusive prédios antigos.

- Proporcionar às unidades escolares a avaliação dos espaços por profissionais especializados (arquitetos, engenheiros) nas áreas de construção e reformas, visando a adequação às normas da ABNT e outros que a regem, bem como estabelecer a relação adequada (espaço- número de alunos).
- Diminuir o número de crianças por sala de aula, para melhor qualidade de ensino.
- Proporcionar momento de formação continuada em rede aos educadores para reflexão sobre a prática.

Do direito de brincar

Adequação de materiais pedagógicos e lúdicos para cada faixa etária: tanto brinquedos como materiais não tem sido enviados as escolas como prevê a **meta 6**. Favorecendo a reposição imediata em caso de desgaste por uso ou ação do tempo.

- Priorizar o direito de brincar, considerando a criança como sujeito desse direito, com suas necessidades e características próprias;

Crianças com direitos especiais:

Ação 4 pg 39

- Implantar equipes de apoio para crianças com deficiências (inclusive psicólogos permanentes em cada unidade) e orientação (formação) para professores (todos os profissionais da escola diretamente envolvidos com a criança devem ter capacitação – equipe gestora e auxiliares, além do professor).
- Informações interligadas entre diversos segmentos como escola e saúde.

Criação de polos para atendimentos multidisciplinares.

- Na política de educação inclusiva oferecer orientações as famílias e qualificação aos professores, tanto na educação inicial quanto na continuada.
- Tempo esperado para o alcance da Meta: 10 anos (deve ser planejado por etapas até atingir a meta oferecendo condições reais de atendimento).
- Pensar em ações focadas na capacitação dos cuidadores (profissionais que trabalham na Educação Infantil) e ações para reforçar o vínculo com os professores (casos em que a criança chega na sala e o professor não possui informação do histórico sobre o desenvolvimento do seu processo educacional).

Assistência Social

- Apoiar com ações dos seguintes segmentos: educação, assistência social, saúde e justiça as famílias, pois as crianças que mais necessitam de auxílio, são provenientes de famílias desestruturadas.
- Viabilizar a ocupação de espaços públicos, tais como: teatros, bibliotecas, museus e outros, que sejam considerados prioritários no currículo de educação infantil, de creches e pré-escolas, proporcionando transporte de qualidade.
- Valorizar as ações já existentes nas comunidades e elaborar uma rede para que haja o “diálogo” entre elas e seu fortalecimento com ações cada vez mais pontuais;
- Maior integração e articulação dos profissionais da educação com a Rede de Assistência Social, fortalecendo e aumentando, a fim de atender a demanda:

O texto aponta a definição dos órgãos públicos CRAS e CREAS, identificando a faixa etária que atende e suas ações. Sentimos a falta de descrição no texto dos profissionais que atuam e da divulgação pontual nas unidades escolares dos atendimentos prestados.

- Promover parceria constante entre a Educação e a Saúde, apoiando as ações da escola no enfrentamento das situações de pobreza, vulnerabilidade social e encaminhamentos médicos.
- Viabilizar que a comunidade (familiares das crianças) possa conhecer e opinar sobre o PMPI.

Violência

- Inserir no texto ênfase sobre obesidade infantil, e a responsabilidade do adulto com a alimentação e a saúde da criança (questão ligada diretamente à violência midiática);
- Inserir no texto a modalidade violência midiática: TV, internet, propagandas abusivas direcionadas às crianças, jogos (vídeo games), exploração da imagem da criança ligada à venda de algum produto/serviço.

Contribuições da Equipe

- **Formação dos profissionais da primeira infância:** qual o profissional que ministrará essas formações, em que momento (horário, periodicidade)?
- Necessidade de mais profissionais especializados para que haja as interlocuções nas diferentes áreas.
- **Diversidade:** A SEDU viabilizar no Calendário Escolar momentos para estudos com a participação de toda comunidade escolar, (como se dará tal estudo?)
- Os materiais (brinquedos, jogos, playground, livros, etc.) para atender a diversidade serão fornecidos de que maneira? Em que periodicidade?
- Formação formal (teórica/prática) com certificado e validade oferecida pela rede.
- Ao invés de um novo CRE, garantir o profissional especializado (psicopedagogo) em cada unidade escolar para que faça a interlocução entre a escola e o profissional especializado na necessidade específica de cada aluno.
- **Do direito a brincar** – oportunizar e oferecer apoio e subsídios para criação de brinquedoteca e bibliotecas infantis e infraestrutura adequada. Garantindo a manutenção periódica. Dentro da unidade escolar, inclusive, e de acordo com a faixa etária.
- O vínculo afetivo deve ser com o pai/responsável, sem haver a necessidade da construção da brinquedoteca.
- Definir o profissional de educação física nas escolas de Ed. Infantil, como a inclusão do Arte educador.

AÇÕES FINALÍSTICAS

- Ação 1 - Os dados registrados estão contraditórios (rever – 75% ou 100%?);
- Ação 2 – Atendimento por profissionais com formação superior?
- 1/5 da carga horária para atividades de estudo/planejamento (como fica esse tempo frente a Lei do Piso que prevê 1/3 da jornada para essas atividades?)
- Ação 4 – Inclusão – as formações serão somente para os professores?
- Ação 5 – Quem garantirá 100% das unidades escolares com padrão de infraestrutura que respeite a infância, se temos prédios com problemas estruturais e há prédios adaptados para atendimento?
- Ação 6 - Prevê estratégia a partir deste ano (as escolas não receberam tais materiais);

NOTAS DAS EQUIPES DO CEI 17 "ISSA LATUF" E CEI 30 "MARIA PREDROSO BELLOTI" ACERCA DOS PRINCIPAIS PONTOS DE ESTUDO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI)

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

AÇÕES FINALÍSTICAS

Ação 1

- Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a **atender, no mínimo, 100% (COMO? A CRECHE SERÁ OBRIGATÓRIA?)** das crianças de até três anos até o final da vigência deste Plano.
- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()
- Periodicidade da ação: Anual
- Meta: **Atender 75% das crianças de 0 a 3 anos em tempo integral. (E PARCIAL? O IDEAL SERIA TODAS AS ETAPAS COM PERÍODO FACULTATIVO)**
- Setor responsável: Secretaria da Educação Indicadores de resultados: Percentual de crianças matriculadas em tempo integral Percentual de crianças matriculadas.
- Fontes de Informação: Censo Escolar e Secretaria Municipal da Educação
- Tempo esperado para o alcance da Meta: ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba. **URGENTE**

Ação 2

- Promover a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Infantil, incluindo a rede conveniada, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais, nomeados ou contratados, com formação superior. **(QUEM VAI PAGAR A FORMAÇÃO? QUEM VAI FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DESTA AÇÃO?)**
- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()
- Periodicidade da ação: Anual Meta: Até 2016, 75% dos professores da educação infantil com formação de nível superior em Pedagogia e 100% ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.
- Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação
- Indicadores de resultados: Percentual de professores da educação infantil com nível superior em Pedagogia.
- Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação Tempo esperado para o alcance da
- Meta: Até 2016 e ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.

Ação 3

- Ampliar e fortalecer a Formação Continuada **(QUE TIPO DE FORMAÇÃO? APENAS PALESTRAS ISOLADAS SEM UMA CONTINUIDADE COMO VEM ACONTECENDO NO DECORRER DESTA ANO DE 2015? ENTENDEMOS COMO FORMAÇÃO**

CONTINUADA, O APROFUNDAMENTO DE TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE UM DETERMINADO ASSUNTO) e em serviço dos profissionais

que atuam na educação infantil.

- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()
- Periodicidade da ação: Mensal e Semestral
- Meta: Formar (COMO? DO QUE?) 100% dos profissionais da Educação Infantil até ao final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.
- Garantir **1/5 da carga horária (E O 1/3 APROVADO PELO PME?)** para atividades de planejamento e estudos complementares, assegurando a formação continuada e em serviço de 100% dos profissionais da Educação Infantil.
- Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação, Conselho Municipal de Educação.
- Indicadores de resultados: Percentual de profissionais da educação infantil formados anualmente.
- Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação
- Tempo esperado para o alcance da Meta: Até o final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba.

Ação 4

- Cumprir as leis de inclusão de alunos com deficiência (direitos especiais), **garantindo a formação (QUAL FORMAÇÃO? ESPECIALIZAÇÃO? OU APENAS PALESTRAS ISOLADAS SEM UMA CONTINUIDADE COMO VEM ACONTECENDO NO DECORRER DESTES ANOS DE 2015?)** para os professores que trabalham com inclusão, na turma, de crianças com deficiência (direitos especiais).
- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()
- Periodicidade da ação: Mensal (**NÃO ESTAMOS VENDO ACONTECER**)
- Meta: Garantir a matrícula de 100% das crianças com deficiência (direitos especiais).
- **Garantir atendimento especializado para 100% (COMO ATINGIR TODOS? MAIS SALAS DE RECURSOS?)** das crianças com deficiência Criação de equipes multidisciplinares em número proporcional a quantidade de matrículas para acompanhar as crianças com deficiência (direitos especiais).
- Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação.
- Indicadores de resultados: Percentual de crianças com deficiência de matrículas, Percentual de crianças em atendimento especializado, Percentual de equipes multidisciplinares
- Fontes de Informação: Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Educação Escolas.
- Tempo esperado para o alcance da Meta: 10 anos **URGENTE**

Ação 5

- Garantia de estabelecimentos de educação infantil com acessibilidade, conforme o padrão de infraestrutura e funcionamento que assegurem o respeito às características etárias, conforto térmico e acústico, além da garantia de áreas livres destinadas às brincadeiras e movimentos.
- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada ()
- Periodicidade da ação: Anual
- Meta: Garantir que até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba 100% dos estabelecimentos de educação infantil, estejam **conforme os padrões de funcionamento e infraestrutura estabelecida pelos órgãos competentes. (QUE PADRÕES SÃO ESSES?)**
- Setor responsável: Escolas, Secretaria Municipal da Educação
- Indicadores de resultados: Número de instituições de educação infantil reformadas. Número de instituições de educação infantil construídas. Número dos recursos destinados e aplicados nas reformas e construções de instituições de educação infantil.
- Fontes de Informação: Secretaria Municipal da Educação; Escolas Tempo esperado para o alcance da
- Meta: Até o final da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sorocaba. **URGENTE**

Ação 6

- Distribuir semestralmente nas unidades escolares brinquedos, jogos e livros apropriados para cada faixa etária em quantidade suficiente para o número de crianças matriculadas, incluindo matrizes africanas e indígenas.
- Situação de Implementação: em execução (x) a ser implantada () **(NÃO ESTAMOS VENDO ACONTECER)**
- Periodicidade da ação: Semestral e Anual
- Meta: **Garantir que semestralmente, a partir de 2015, 100% das instituições de educação infantil da rede pública municipal recebam brinquedos e livros. (NÃO RECEBEMOS BRINQUEDOS NEM LIVROS NESTE ANO)**
- Setor responsável: Secretaria Municipal da Educação, escolas.
- Indicadores de resultados: Percentual de brinquedos por instituição e percentual de crianças atendidas. Percentual de brinquedos específicos para a faixa etária atendida.
- Fontes de Informação: Secretaria Municipal da Educação, escolas.
- Tempo esperado para o alcance da Meta: 2015 **(NÃO ESTÁ ACONTECENDO)**

SUGESTÕES APRESENTADAS NA 3ª OFICINA DA PRIMEIRA INFÂNCIA **– 1º DE AGOSTO/2015**

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Incluir no texto a importância da **não escolarização; (NÃO ENTENDEMOS)**
- Movimento para alteração da lei Municipal sobre os materiais enviados à Educação Infantil;
- Uniformizar a nomenclatura no texto de: Centros de Educação Infantil para "Instituições de Educação Infantil"; **(NÃO É NECESSÁRIO)**
- Alerta importante ao considerar outras realidades (outros países), não é a nossa realidade;
- Ação 6: alterar para 2016;
- Ampliar o tempo de discussão do PMPI;
- Viabilizar que a comunidade (familiares das crianças) possa conhecer e opinar sobre o PMPI;
- Considerar as legislações vigentes no que se refere ao número de crianças/profissional em todas as etapas, e também em salas com crianças com deficiências;

DIVERSIDADE

- Acréscimo da questão da Estimulação Precoce (sugerido via e-mail);
- Acréscimo das propostas da Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sugerido via e-mail);
- Brinquedos não estruturados – crianças com deficiência (sugerido via e-mail);
- Questões de gênero: como será visto na primeira infância? (Bullying) **(NÃO APENAS NA QUESTÃO DE GÊNERO, MAS BULLYING EM GERAL)**
- O Centro de Referência de Educação, que foi criado para as políticas de atendimento às crianças com deficiência na Rede, poderia ser otimizado nas questões da primeira infância, principalmente quanto à diversidade.
- Realizar ações, voltadas para as crianças com deficiência, que integrem a área de saúde com a de educação. Sugestões:
 - Aproveitar ou criar espaços nas UBSs para promover ações voltadas para a criança com deficiência (espaços para fisioterapia, academia, tratamentos específicos);
 - Oferecer programas de formação para as famílias (especificar os temas).
- Pensar em ações focadas na capacitação dos cuidadores (profissionais que trabalham na Educação Infantil) + ações para reforçar o vínculo com os professores (casos em que a criança chega na sala e o professor não possui informação do histórico sobre o desenvolvimento do seu processo educacional).

- Considerar as legislações vigentes no que se refere ao número de crianças/profissional em salas com crianças com deficiências;
- Conceito de sexualidade – ações para a conscientização **(DE TODA A COMUNIDADE ESCOLAR)** sobre o papel do pai e do educador (homem) no trato com as crianças;
- Homofobia **(NÃO APENAS HOMOFOBIA, MAS TODOS OS TIPOS DE PRECONCEITO)** deve ser um assunto debatido pelas escolas e as famílias;
- Ações de formação continuada para os educadores, no tocante aos temas de diversidade de gênero, etnia e com deficiência;
- Implantação de programas de formação para as famílias, no tocante aos temas da diversidade de gênero, etnia e com deficiência;
- Implantar sala de recursos multifuncionais nas creches para atendimento às crianças com deficiência e melhorar as questões de transporte (logística), separando as que vão para a escola, tratamento, lazer.
- Melhorar ou implantar acessibilidade nas creches (prédios antigos) com banheiros e rampas.
- Criar espaços de brincar e de descansar adaptados para estas crianças.
- Viabilizar que a comunidade (familiares das crianças) possa conhecer e opinar sobre o PMPI - RAEA – Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem (incluir a temática).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Mais dados sobre o Trabalho Infantil no Diagnóstico;
- Previsão de protocolos para identificação de situações de Trabalho Infantil; capacitação dos agentes comunitários de saúde; orientação sobre a marcação do campo no CadÚnico;
- Implantação de mais Centro de Referência de Assistência Social em Sorocaba (Ex. Bairro Vitória Régia);
- Ampliação do número de residentes e de unidades de Estratégia de Saúde da Família e NASF;
- Divulgação do PMPI ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência, à SEDES e Conselho Municipal de Assistência Social.

A SAÚDE DA CRIANÇA

- Desenvolver o tema Estratégia de Saúde da Família ESF valorizar a política e contar a história no município;
- Incluir a meta pactuada pelo município, como é realizado o cálculo da MI
- Incluir parágrafo ESF e todos os programas do território. Incluir a integração entre UBS/ESF – Unidade Básica de Saúde/ e Urgência/Emergência. Descrever melhor a ação da residência multiprofissional e NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família;
- Fortalecer o SIS como ferramenta de vigilância – Sistema de Informação em Saúde;
- Fortalecer ações para Diagnósticos precoce;

- Fortalecer a vigilância das gestantes com intercorrências clínicas que passam nas UPHs – Unidade Pré Hospitalar, PA – Pronto Atendimento e Hospitais (Programa gestante saudável);
- Fortalecer a Educação para a população sobre a importância da saúde da criança e do pré-natal;
- Capacitação de profissionais da saúde, demais políticas para fortalecimento da rede para acolhimento da fragilidade do vínculo entre mãe e bebê (Art 13 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como conscientização de toda a sociedade;
- Conscientizar a gestante sobre a importância da referência de atendimento para intercorrências durante a gestação;
- Implantar ações voltadas ao preparo para o parto humanizado (conforme protocolo do Ministério da Saúde) durante o pré-natal;
- Fortalecer a integração dos serviços no que se refere ao ciclo materno-infantil;
- Enfatizar a necessidade da Vigilância Nutricional no quesito Obesidade Infantil;
- Intensificar ações e capacitações na prevenção de acidentes para todos os pontos de atenção da Saúde e todas as políticas públicas;
- Intensificar capacitações periódicas sobre a importância do Diagnóstico precoce de câncer na primeira infância;

DO DIREITO DE BRINCAR

- O brincar deve ser entendido como um comportamento e não apenas como uma resposta a um estímulo, o brincar não está restrito a espaços educacionais ou institucionais, mas como uma relação estabelecida com um contexto social, implicado dentro de um sistema cultural. Nesse contexto, o brincar é, também, espaço de constituição do sujeito, pois, quando as crianças brincam, constroem relações reais consigo, entre elas e os adultos, elaborando e (res)significando regras de convivência e organização social, podendo ser os adultos os mediadores do brincar e estimuladores dos afetos necessários para as diversas aprendizagens.

OBJETIVOS

- Reconhecer o brincar como a forma privilegiada de expressão desenvolvimento integral e interação da criança;
- Priorizar o direito de brincar, considerando a criança como sujeito desse direito, com suas necessidades e características próprias;
- Otimizar e ampliar a oferta de espaços e equipamentos lúdicos, nos espaços urbanos e do campo, devidamente previstos nos planejamentos territoriais, garantindo o direito de brincar da criança de 0 a 6 anos, assegurando condições de acessibilidade; **(DAR MAIS ÊNFASE AOS ESPAÇOS, MATERIAIS E BRINQUEDOS APROPRIADOS PARA AS CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS)**
- Ampliar a discussão sobre a importância do brincar e a produção cultural para primeira infância o papel da família e da sociedade na promoção e ampliação

da cultura da primeira infância;

- Promover a inserção do brincar nas políticas públicas para a Educação Infantil primeira infância.
 - Oportunizar a criação de brinquedotecas e bibliotecas infantis em creches, escolas, hospitais, bibliotecas, penitenciárias e demais espaços públicos e privados que contemplem a diversidade cultural e, étnico-racial e de acessibilidade que respeite a sua condição de pessoa em desenvolvimento e o seu direito de brincar, na perspectiva lúdica, acolhedora, humanizada e de fortalecimento de vínculos afetivos, a partir da aprovação do Plano; **(DAR MAIS ÊNFASE AOS ESPAÇOS, MATERIAIS E BRINQUEDOS APROPRIADOS PARA AS CRIANÇAS DE 0 À 2 ANOS)**
 - Desenvolver programas de formação para profissionais que atuam na primeira infância, familiares e ou responsáveis com ênfase na importância do ato de brincar, a partir da aprovação do Plano;
 - Abrir editais que visem selecionar, apoiar e incentivar projetos culturais, sociais e acadêmicos que desenvolvam a arte para e com as crianças e seus familiares e ou responsáveis, a partir da aprovação do Plano;
 - Realizar, anualmente, em datas significativas para os direitos da criança, campanhas de informação e sensibilização da sociedade sobre a importância do brincar como meio de formação integral da criança.

VIOLÊNCIAS

- Dar maior destaque e importância no texto sobre a violência psicológica;
- Dar maior destaque e importância no texto sobre negligência, modalidade esta que é o “estopim” de todas as violências;
- Inserir no texto ênfase sobre obesidade infantil, e a responsabilidade do adulto com a alimentação e a saúde da criança (questão ligada diretamente à violência midiática);
- Inserir no texto a modalidade violência fatal: após sofrer vários tipos de violência física, a criança não resiste e vem a óbito;
- Inserir no texto a modalidade violência midiática: TV, internet, propagandas abusivas direcionadas às crianças, jogos (vídeo games), exploração da imagem da criança ligada à venda de algum produto/serviço.
- **Incluir no texto o Tráfico de crianças/desaparecimento*:** identificar as causas: drogas, brigas familiares, sequestro para adoção irregular, sequestro para abuso sexual, sequestro para tráfico de órgãos. Investimento em campanhas de conscientização (Lei Municipal 10.578 de 25 de setembro de 2013);
- Sugestões:
 - 1 Vincular ao Bolsa Família (e outros projetos sociais) a obrigatoriedade das crianças pequenas possuírem RG;
 - 2 Divulgação da imagem da criança desaparecida na Casa do Cidadão (já tem pessoas credenciadas para fazer esse serviço) e outros órgãos;
 - 3 Campanha na educação infantil para coleta da digital de todas

- as crianças do município, a fim de cruzar informações com o banco de dados (Lei Municipal 10.801 de 6 de maio de 2014);
- 4 Sensibilização da família, especialmente pelos profissionais da educação infantil (PREVENÇÃO);

- **Incluir no texto a modalidade Trabalho infantil:** trabalho doméstico – pensar no sentido transversal. Por exemplo, crianças da primeira infância são cuidadas de maneira inadequada por crianças maiores. Venda de produtos nos semáforos, panfletagem, pedido de esmola (com ou sem adulto por perto) – EXPLORAÇÃO da criança. Uso da criança em benefício do adulto.
- Fortalecer, nos espaços já existentes do município, o trabalho intersetorial na atenção às crianças e famílias. Havendo necessidade, criação de novos equipamentos, mediante políticas públicas adequadas.
- Maior integração e articulação dos profissionais da educação com a Rede de Atendimento;
- Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA no município de Sorocaba, visando gerar informações estatísticas confiáveis para a implantação de políticas públicas adequadas ao município de Sorocaba. Além disso, o SIPIA possibilita a comunicação entre diversos órgãos de defesa de direitos de crianças, o que proporciona uma ação eficaz na prevenção e combate à violência infantil, inclusive sobre o desaparecimento de crianças e trabalho infantil.

CEI-14 Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes

Educação Infantil

Pág-32- Devemos, por isso organizar um contexto físico adequado, para que possam explorar e **se desenvolver** com segurança e com curiosidade.

Pág-36- Experiências bem-sucedidas na Itália. Retirar exemplos de um país tão diferente do nosso.

Pág-36- Vale-creche- Retirar essa proposta.

Pág-37- Na Região da Toscana- Retirar.

Pág-37- Ação 2- Excluir a rede conveniada.

Pág-39- Ação 4- Cumprir as leis de inclusão de alunos com deficiência (direitos especiais), garantindo a formação para professores que trabalham com

inclusão, na turma, de crianças com deficiência (direitos especiais).
Acrescentar- e os cuidadores dessas crianças.

Pág-39 Ação 5- Incluir no parágrafo " o respeito às características etárias e o espaço necessário dentro e fora das salas....., além da garantia de áreas livres- acrescentar **equipadas**. Modificar situação de implementação: a ser implantada.

Pág-40- Ação 6- Situação da ação: **a ser implantada**. Para atingir a meta proposta- Criar uma comissão com profissionais especialistas em infância e educação para escolha e seleção desses materiais.

Pág-40- Excluir o trecho 2. "Incluir Arte Educador no quadro do magistério-Pois fragmenta a educação infantil.

Pág-40. 3. Garantir apoio de profissionais das áreas de psicomotricidade e **educação física**- substituir por psicologia, fonoterapia, etc.

Pág-40- 4. Contratação de cuidadores com formação na área para auxiliar na educação especial- **acrescentar no final do parágrafo (como consta na legislação)**.

Pág-41. 5. Criação de um Centro de Referência em Educação Infantil- **que funcione num espaço disponibilizado pela secretaria. Ex. CRE.**

Formação dos Profissionais da Primeira Infância

Metas

Organizar proposta de formação **Semestral** (não anual), acrescentar no final do parágrafo- Voltadas ao melhor entendimento da Educação Infantil.

Acrescentar- . Permitir que os professores, gestores e demais profissionais que atuam na Educação Infantil sejam incentivados e liberados para Congressos e Seminários referentes ao tema da Infância e das crianças pequenas.

Do Direito de Brincar ao Brincar de todas as Crianças

Pág-66- Substituir os Referenciais Curriculares Nacionais (ultrapassado) pela Resolução 5 de 2009 que dispõe das DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Pág-67- Contudo, ainda há muito que fazer a fim de que sejam garantidos espaços-Incluir o termo **espaços de permanência** e oportunidades.

Objetivos: Incluir- Construção e revitalização das praças e parques com a colocação de brinquedos em todos espaços públicos.

Metas: Incluir **parques** na primeira meta.

Pág-68- Realizar mapeamento.... e prepara-los e **revitalizá-los**(acrescentar); Desenvolver um programa municipal com parâmetros técnicos(acrescentar) e **com profissionais que atuam na Infância.**

Elaborar diretrizes que orientam..... a existência de áreas externas **amplas** com equipamentos condizentes e **duráveis** e acrescentar no final- e garantia da permanência dos mesmos espaços.

Saúde

Pág.- 74 1- Arrumar a escrita- **intensificar.**

ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Observações: O número muito ineficiente de 10 unidades de CRAS para o número de habitantes de Sorocaba. Pag 46

O acesso da sociedade aos órgãos responsáveis pela assistência Social, pouca divulgação. pag. 45 e má informação sobre os mesmos.

Deficiência na orientação, principalmente as instituições avaliarem e conhecerem os órgãos de assistência social, fazendo assim melhor encaminhamento necessário. Pág. 47

Ações Meio

Cultura é direito dos cidadãos

O conteúdo do documento está de acordo com a necessidade da criança, mas desde de que seja adequado inserido na rotina da criança. Sendo assim, colocamos o questionamento: - Porque o encerramento do projeto Sabe Tudo?

-E as Oficinas?

A Comunicação e a primeira infância

O documento relata a importância do atendimento da criança na primeira infância e a comunicação entre educadores, pediatras, psicólogos, porém a realidade não é essa. Quando encaminhado um aluno o retorno é muito demorado, em muitas vezes nem há retorno.

